

AVC P-2
BR/1987

POLÍTICA

Subcomissão do Executivo esboça regime

A implantação de um regime misto de governo, com características parlamentaristas, e um mandato de cinco anos para os presidentes da República. Esta tendência ficou marcada em reunião do relator-geral da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, com os relatores das subcomissões da Comissão de Organização dos Poderes, que chegaram a um consenso sobre a adoção de um regime de fortalecimento legislativo, e começaram a trabalhar para ver esta posição estabelecida na comissão.

O esboço do novo regime está sendo elaborado pelo relator da Subcomissão do Executivo, senador José Fogaca, que o apresentará em forma de relatório à subcomissão no dia 11. Segundo Bernardo Cabral, a proposta deve prever a existência de um primeiro-ministro e a possibilidade de dissolução do Congresso e convocação de novas eleições pelo Presidente da República.

Ontem, a Subcomissão do Executivo encerrou suas audiências públicas num longo debate com o jurista Josaphat Marinho e o professor César Saldanha, quando ficou clara uma tendência parlamentarista entre seus integrantes.

O jurista Josaphat Marinho defendeu a adoção de um regime híbrido de governo — o chamado sistema de co-responsabilidade. Embora declarando-se parlamentarista, ele observou que o Brasil ainda não tem condições para a instituição de um regime de gabinete nos moldes clássicos.

- 7 MAI 1987 / MAI 1987

CORREIO BRAZILEIRO

Pela proposta de Marinho, o Presidente da República continua a exercer cumulativamente as chefias de Governo e de Estado. Já o Legislativo adquire poderes para derrubar ministros através de votos de desconfiança.

MODERADOR

A institucionalização do Poder Moderador, a ser exercido pelo Presidente da República a exemplo do que fazia o imperador durante a monarquia, foi proposta pelo professor César Saldanha à Subcomissão do Executivo.

Defensor intransigente do parlamentarismo clássico, o jurista gaúcho acredita que só o regime de gabinete proporcionará ao País a desejável estabilidade democrática.

Definir logo o regime, propõe Righi

O presidente Sarney tem toda razão em se preocupar com a definição de seu mandato, com a máxima urgência, e o Congresso deve acelerar essa discussão, mas é importante que antes disso a Constituinte defina qual o sistema de governo do País. A opinião é do líder do PTB na Câmara e na Constituinte, deputado Gastone Righi (SP).

Para Righi, a discussão em torno do mandato do Presidente será mais um casuísmo se não for precedida pela definição do sistema de governo. "Não adianta se tratar do apêndice sem se tratar do fato principal. De nada adianta a definição do mandato presidencial se não sabemos sob que regime iremos viver" afirmou Gastone Righi.

O líder do PTB afirmou que a determinação do sistema de governo é um ponto central não só para a discussão em torno do mandato do Presidente, como, também, para dar base aos trabalhos em andamento em todas as comissões e subcomissões da Constituinte. "E isso não vai custar nada, basta marcar uma tarde para discussão e votação da matéria no plenário da Constituinte que boa parte desse problema estará resolvida", concluiu.